

A estratégia nas contas externas

Economia - Brasil

22 JAN 1981

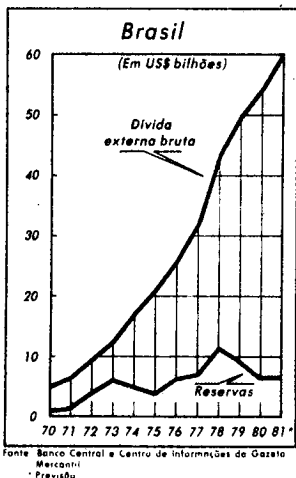
por Celso Pinto
de São Paulo

Está feito o jogo pelo qual o governo pretende atravessar este ano sem recorrer ao Fundo Monetário Internacional ou renegociar sua dívida. Um conjunto de três documentos examinados ontem pelo Conselho Monetário Nacional fixa as metas para o balanço de pagamentos, imaginando uma dívida bruta de US\$ 60 bilhões ao final de 1981, e explica os parâmetros das políticas fiscal e monetária. A contenção do crescimento é a linha de condução básica destas políticas.

O governo trabalha com três hipóteses para o déficit em transações correntes (balança comercial mais serviços), de US\$ 10 bilhões a US\$ 12 bilhões, caso o Brasil obtenha um superávit de US\$ 1 bilhão na balança comercial, empate ou registre um déficit de US\$ 1 bilhão. A aposta é que fique em US\$ 10 bilhões, o que implicaria a necessidade de obter US\$ 18 bilhões neste ano: US\$ 2 bilhões em investimentos, US\$ 3 bilhões em importações financiadas, US\$ 8 bilhões no giro da dívida existente e US\$ 5 bilhões em novos créditos. Nesta conta, o Brasil precisaria ampliar

sua carteira de empréstimos junto aos bancos em 10%, uma taxa parecida à do aumento do capital destes bancos.

Imagina-se que as empresas privadas irão buscar boa parte destes dólares, empurradas pelo aperto de crédito e pelos altos juros internos. Ao mesmo tempo, a obrigatoriedade de se financiar grande parte das importações engordaria a conta dos "suppliers credits". Pretende-se usar com mais frequência instrumentos como "commercial papers" e "leasing" e diversi-



ficar mercados, tentando ampliar as relações com os árabes.

A chave do sucesso desta hipótese é obter-se US\$ 26 bilhões em exportações (US\$ 20,1 bilhões em 80) e conter em US\$ 25 bilhões as importações (US\$ 22,9 bilhões em 1980). As vendas de produtos primários teriam de chegar a US\$ 11 bilhões e as de produtos industrializados, a US\$ 15 bilhões (mais 39%). A receita com os primários não é muito diferente da calculada pelo Departamento de Agricultura norte-americano (US\$ 10,5 bilhões) e pode ser realista se a safra chegar ao recorde de 55 milhões de toneladas de grãos. A previsão para os industrializados é vigorosa, mas exportadores consultados por este jornal em São Paulo consideram-na viável.

Pode haver algum otimismo excessivo no caso das importações, que, nas três hipóteses consideradas, ficariam em US\$ 25 bilhões, sendo US\$ 9,8 bilhões em petróleo. Para isso, calcula-se uma importação de 750 mil barris diários a um preço de US\$ 36 por barril. Mais realista seria esperar um aumento do preço do barril para US\$ 40 no segundo semestre e um gasto total de, no mínimo, US\$ 10,2 bilhões. Para as outras importações prevê-se uma expansão de 16% (para US\$ 15,2 bilhões), o que, alega o documento, permite alguma margem de flexibilidade, se preciso.

Outro flanco aberto a surpresas é a conta de serviços. O déficit ficaria em US\$ 11 bilhões, supondo gastos com juros de US\$ 6,7 bilhões. Para isso, contudo, a taxa de juros internacional terá de ficar, em média, em 15%. Ontem, o "Libor" estava em torno de 17%.

Na pior das três hipóteses consideradas para este ano, o Brasil teria de conseguir US\$ 20 bilhões, o que, é claro, exigiria um esforço adicional junto aos bancos internacionais.

Do lado das políticas fiscal e monetária, o balanço dos resultados apresentados é positivo. Em 1980, por exemplo, o Tesouro pôde cobrir Cr\$ 313 bilhões em subsídios, que normalmente seriam cobertos através de emissões monetárias. Com isso, o crescimento da base monetária ficou contido em 53,8% e o dos meios de pagamento, em 70,6%. O que pode facilitar a aplicação de uma política de forte contenção econômica em 1981.